

TERMO ADITIVO À CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO EMERGENCIAL

Considerando que foi publicado, em 14/07/2020, o Decreto nº 10.422/20, prorrogando os prazos dos acordos de redução proporcional de jornada e de salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho previstos na Lei nº 14.020, de 06/07/2020, as partes abaixo qualificadas resolvem firmar o presente Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho Emergencial, assinada em 30 de abril de 2020, mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas.

ENTIDADES PATRONAIS:

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO FERRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, SINDICATO DA INDÚSTRIA DA FUNDIÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, SINDICATO DA INDÚSTRIA DE APARELHOS ELÉTRICOS, ELETRÔNICOS E SIMILARES NO ESTADO DE MINAS GERAIS, SINDICATO DA INDÚSTRIA MECÂNICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE TREFILAÇÃO E LAMINAÇÃO DE METAIS FERROSOS, SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS, SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE COMPONENTES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES

ENTIDADE LABORAL:

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, SIDERÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE BARAO DE COCAIS

CLÁUSULA 1ª - REDUÇÃO DE JORNADA E SALÁRIO - PRORROGAÇÃO DO PRAZO - Fica autorizada a prorrogação do prazo de redução proporcional da jornada de trabalho e de salário prevista na Cláusula 5ª da Convenção ora aditada, por 30 (trinta) dias, perfazendo o total de 120 (cento e vinte) dias.

CLÁUSULA 2ª - SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO - PRORROGAÇÃO DO PRAZO - Fica autorizada a prorrogação da suspensão temporária do contrato de trabalho prevista na Cláusula 5ª da Convenção ora aditada, por 60 (sessenta) dias, perfazendo o total de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo Único – A suspensão do contrato de trabalho poderá ser efetuada de forma fracionada, em períodos sucessivos ou intercalados iguais ou superiores a 10 (dez) dias, respeitado o prazo de 120 (cento e vinte) dias previsto no caput desta cláusula.

CLÁUSULA 3ª – COMPENSAÇÃO DOS PERÍODOS JÁ UTILIZADOS – Os períodos de redução proporcional de jornada e de salário ou de suspensão temporária do contrato de trabalho já utilizados deverão ser computados para fins de contagem dos limites máximos previstos nas Cláusulas Primeira e Segunda deste Termo Aditivo.



CLÁUSULA 4ª – MEDIDAS SUCESSIVAS – PRAZO - A utilização da redução proporcional da jornada de trabalho e salário e da suspensão temporária do contrato de trabalho, de forma sucessiva, com o mesmo empregado, deverá considerar os prazos de todas as medidas adotadas sob a égide da MP 936/2020 e na vigência da convenção ora aditada, não podendo ser ultrapassado o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

CLÁUSULA 5ª – NOVA NEGOCIAÇÃO – NÃO PAGAMENTO DO BENEFÍCIO EMERGENCIAL PELO GOVERNO - Ocorrendo a indisponibilidade orçamentária e o não pagamento do Benefício Emergencial por parte do Governo Federal, como consta do art. 7º do Decreto 10.422, de 13/07/20, que regulamentou a Lei 14.020, de 06/07/20, as entidades sindicais convenientes se comprometem a se reunir para discutirem a questão.

CLÁUSULA 6ª – RATIFICAÇÃO - Ficam ratificadas as demais cláusulas da convenção coletiva ora aditada.

E, por estarem assim ajustadas, firmam o presente para os fins de direito.

Belo Horizonte/MG 11 de agosto de 2020.

PELAS ENTIDADES PATRONAIS



Verônica Maria Flecha de Lima Álvares (Procuradora)
CPF 736.853.806-72

PELAS ENTIDADES PROFISSIONAIS



Noel Marcelo de Almeida (Procurador)
CPF 051.770.126-03